

Desempregados em Portugal

José Manuel Fernandes propõe a mobilização de 4.655 milhões de euros do **Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG)** para apoiar a **reintegração no mercado de trabalho** de 730 trabalhadores despedidos por duas empresas do setor do vestuário.

ver pág.3

Restrições aos plásticos

A venda de **produtos de plástico** de utilização única deverá ser **proibida na UE** a partir de 2021. Estes artigos incluem pratos, talheres, cotonetes, palhinhas, agitadores para bebidas e varas para balões. O PE acrescentou à lista inicial produtos de plásticos oxodegradável e recipientes (para alimentos e bebidas) de poliestireno expandido.

ver pág.6

Facebook sob suspeita

Os eurodeputados propuseram uma série de medidas para **reforçar a proteção dos dados** pessoais nas redes sociais e para combater a **manipulação das eleições**. A resolução aprovada vem no seguimento das audições com o fundador do **Facebook**, Mark Zuckerberg, e outros representantes da plataforma sobre o escândalo **Cambridge Analytica**.

ver pág 14

em destaque:

Aprovada reforma do SIS

A **reforma do Sistema de Informação de Schengen (SIS)**, aprovada pelos eurodeputados, visa melhorar o combate ao terrorismo, a proteção das crianças e a partilha de informações entre os Estados-Membros.

Os três regulamentos relativos à utilização do SIS dizem respeito à cooperação policial e judiciária em matéria penal, aos controlos das fronteiras, sobre os quais **Carlos Coelho (PPE)** é relator, e ao regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular.

“O impacto desta reforma é profundo. O novo Sistema de Informação de Schengen vai mudar a forma como as autoridades de polícia e de fronteira partilham informação na Europa. Não precisamos de mais informação, precisamos de melhor informação”, disse Carlos Coelho no debate em plenário.

O eurodeputado português explicou que a legislação *“adapta o sistema aos desafios colocados pela migração, responde às **novas ameaças do terrorismo** e da **criminalidade organizada**, tira proveito dos desenvolvimentos tecnológicos e reforça o respeito pelos direitos fundamentais, em particular a proteção de dados”*.

*“O SIS já é o maior, mais eficaz e mais utilizado sistema de informação da Europa. Reformar o Sistema de Informação Schengen é necessário para **reforçar a segurança das nossas fronteiras**, proteger melhor os nossos cidadãos e defender a livre circulação. É isso que faz o novo SIS”*, afirmou Carlos Coelho.

Uma das novidades diz respeito à introdução no SIS de *“indicações preventivas”* para as **crianças que correm risco de raptos parentais** e para crianças e pessoas vulneráveis em risco de serem sujeitas a casamentos forçados, mutilação genital feminina ou tráfico de seres humanos.

Passarão também a ser introduzidas no sistema indicações relativas a pessoas desconhecidas procuradas, incluindo **impressões digitais** ou impressões palmares encontradas em **locais de atentados terroristas ou de crimes graves**.

ver pág. 8

Índice

Abertura da sessão: Presidente do PE apela a investigação à morte de Khashoggi.....	3
PPE aprova 4,65 ME para ajudar trabalhadores despedidos no setor têxtil em Portugal.....	3
Parlamento Europeu aprova regras para melhorar qualidade e utilização da água da torneira.....	5
Parlamento Europeu aprova restrições aos produtos de plástico descartáveis.	6
Segurança: Parlamento Europeu aprova reforma da base de dados de Schengen.....	8
Parlamento Europeu defende proibição de grupos neofascistas e neonazis na UE.....	11
Khashoggi: Parlamento Europeu insta a embargo de armas da UE à Arábia Saudita.....	12
Parlamento Europeu quer que seja realizada auditoria ao Facebook.....	14
Venezuela: PE apela a investigação do assassinato de Fernando Albán.....	16
Ordem da sessão.....	20

Siglas dos Grupos Políticos:

PPE- Partido Popular Europeu
S&D- Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas
ALDE- Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa
Verdes/ALE- Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia
CRE- Conservadores e Reformistas Europeus
CEUE/EVN- Confederação da Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica
ELDD- Europa da Liberdade e da Democracia Directa
ENF- Europa das Nações e da Liberdade

Responsável: Fernando Vaz das Neves

Fontes:

- *Serviço de Imprensa do PE*
- *Serviço de Imprensa do GEPSD*
- *site www.carloscoelho.eu*

Abertura da sessão: Presidente do PE apela a investigação à morte de Khashoggi

O presidente do Parlamento Europeu (PE), Antonio Tajani, pediu uma investigação internacional à morte do jornalista saudita Jamal Khashoggi.

“Este Parlamento estará sempre na linha da frente no que diz respeito à defesa da liberdade de imprensa e dos jornalistas”, disse Antonio Tajani, apelando a uma investigação internacional rigorosa para aclarar as circunstâncias da morte do jornalista e escritor saudita Jamal Khashoggi. O presidente do PE pediu às autoridades da Arábia Saudita que encontrem e que punam os responsáveis por este crime hediondo.

O presidente do PE lembrou também a morte da jornalista maltesa Daphne Caruana Galizia, assassinada há um ano.

Na abertura da sessão plenária, Antonio Tajani enviou ainda as suas condolências às famílias das vítimas das recentes inundações em Espanha, França e Itália.

PE aprova 4,65 ME para ajudar trabalhadores despedidos no setor têxtil em Portugal

A proposta de mobilização de 4.655 milhões de euros do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEG) para Portugal foi aprovada em plenário por 575 votos a favor, 77 contra e oito abstenções.

A verba destina-se a apoiar a reintegração no mercado de trabalho de 730 trabalhadores despedidos por duas empresas do setor do vestuário (grupo Ricon e Têxtil Gramax Internacional). Portugal irá também prestar serviços personalizados cofinanciados pelo FEG a 730 jovens com menos de 30 anos que não trabalham, não estudam, nem seguem qualquer formação (NEET), ascendendo assim o número total de beneficiários visados a 1.460.

O eurodeputado José Manuel Fernandes (PPE), relator da comissão parlamentar dos Orçamentos, disse: *"A mobilização de 4,65 milhões de euros é uma prova concreta da solidariedade da UE. Este valor vai servir para melhorar o nível de qualificação e o desenvolvimento de competências das centenas de desempregados e de jovens inativos, respondendo assim às exigências e desafios do mercado de trabalho"*.

Portugal apresentou a candidatura ao FEG em 24 de abril deste ano, na sequência de despedimentos na indústria do vestuário nas regiões Norte, Centro e Lisboa.

Dos 1.161 trabalhadores despedidos (709 do grupo Ricon e 452 da Têxtil Gramax Internacional), prevê-se que 730 venham a participar nas ações propostas, que incluem formação e reconversão, promoção do empreendedorismo e subsídios.

As autoridades portuguesas argumentam que os despedimentos estão relacionados com importantes mudanças estruturais nos padrões do comércio mundial devido à globalização, designadamente em virtude da liberalização do comércio de produtos têxteis e de vestuário ocorrida na sequência do termo do Acordo Multifibras da Organização Mundial do Comércio (OMC), no final de 2004, o que provocou mudanças radicais na estrutura do comércio mundial nos setores dos têxteis e do vestuário.

Em resposta à candidatura portuguesa, a Comissão Europeia propôs em 10 de setembro a mobilização de 4.655.883 euros do FEG, que foi aprovada pelo Parlamento Europeu (PE) por 575 votos a favor, 77 contra e oito abstenções.

O relatório elaborado por José Manuel Fernandes nota que 88,63% dos trabalhadores despedidos são mulheres com baixo nível educativo e que 20,55% têm mais de 55 anos, salientando a importância das medidas cofinanciadas pelo Fundo para *“melhorar as possibilidades de reintegração no mercado de trabalho destes grupos vulneráveis”*.

O PE recomenda também a mobilização dos Fundos Estruturais e de Investimento, em especial do Fundo Social Europeu, a fim de melhorar as qualificações dos trabalhadores portugueses no intuito de reduzir o desemprego e, em particular, o desemprego dos jovens e o desemprego de longa duração.

As ações previstas ao abrigo do FEG não substituem as medidas passivas de proteção social nem medidas que sejam da responsabilidade das empresas, por força da legislação nacional ou de acordos coletivos.

O PE pede que as autoridades nacionais forneçam no futuro mais informações sobre *“os setores com perspectivas de crescimento e, conseqüentemente, suscetíveis de contratar pessoas”*, e recolham *“dados fundamentados sobre o impacto do financiamento do FEG, nomeadamente sobre a qualidade dos empregos e a taxa de reintegração”*.

A contribuição financeira do FEG representa 60% dos custos totais, estimados em 7,8 milhões de euros.

A fonte nacional de pré-financiamento ou cofinanciamento é o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). A contribuição financeira será gerida e controlada pelos mesmos organismos que são responsáveis pelo Fundo Social Europeu.

Próximos passos

A proposta terá em seguida de ser aprovada pelo Conselho da União Europeia (UE). A fim de reduzir ao mínimo o tempo necessário para a mobilização do FEG, a decisão será aplicável a partir da data da sua adoção.

Contexto

O Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização, criado em 2007, concede apoio a pessoas que perderam o emprego na sequência das grandes mudanças estruturais ocorridas a nível do comércio mundial por motivos relacionados com a globalização ou com a crise económica e financeira mundial.

O FEG dispõe de um orçamento máximo anual de 150 milhões de euros para o período de 2014-2020, podendo financiar até 60% do custo de projetos destinados a ajudar trabalhadores que perderam o emprego a encontrar trabalho ou a criar a sua própria empresa.

Esta é a oitava candidatura a ser examinada no âmbito do orçamento de 2018 e a sexta no setor do vestuário desde a criação do Fundo.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Apoio o Relatório Fernandes que vem permitir a utilização de 4.655.833 euros do Fundo de Ajustamento à Globalização para reintegrar no mercado de trabalho os trabalhadores despedidos em Portugal no sector da indústria do vestuário, nas regiões do Norte, do Centro e de Lisboa. Os despedimentos estão relacionados com importantes mudanças estruturais nos padrões de comércio mundial devido à globalização, designadamente em virtude da liberalização do comércio de produtos têxteis e de vestuário*

ocorrida na sequência do termo do Acordo Multifibras da Organização Mundial do Comércio, no final de 2004, o que provocou mudanças radicais na estrutura do comércio mundial nos sectores dos têxteis e do vestuário. Através da utilização deste Fundo, criado para prestar um apoio complementar aos trabalhadores por mudanças estruturais importantes no comércio mundial, vai ser possível apoiar estes trabalhadores através de formação e reconversão, promoção do empreendedorismo e subsídios.”

Parlamento Europeu aprova regras para melhorar qualidade e utilização da água da torneira

A revisão da diretiva relativa à água potável prevê a introdução de novos parâmetros de qualidade e a adoção de medidas para facilitar o acesso à água nos espaços públicos.

A revisão da atual diretiva, que data de 1998, visa alinhar as normas de qualidade da água potável aos dados científicos mais atualizados e adaptar a legislação a novos desafios, como as alterações climáticas e a transição para uma economia circular, contribuindo para reduzir a utilização de garrafas de plástico.

As regras aprovadas pelo Parlamento Europeu (PE) requerem a redução dos limites de concentração de certos poluentes na água, como o chumbo (que terá de ser reduzido para metade), compostos perfluorados e bactérias, como a Legionella.

O PE propõe também a introdução de novos limites para certos desreguladores endócrinos e a monitorização dos microplásticos, que são motivo de preocupação crescente.

Os eurodeputados querem que os Estados-Membros tomem medidas para melhorar o acesso à água nas cidades e nos espaços públicos, por exemplo, instalando e promovendo a utilização de fontes de acesso livre *“sempre que tal seja tecnicamente viável, eficaz em termos de custos e proporcionado”*. Essas medidas devem ter em conta condições locais específicas, como o clima.

A concessão de incentivos ao fornecimento de água da torneira nos restaurantes, nas cantinas e nos serviços de entrega de refeições, *“a título gratuito ou pagando uma taxa de serviço reduzida”*, é outra das medidas propostas pelo PE.

Os Estados-Membros devem também identificar os grupos vulneráveis e marginalizados sem acesso, ou com um acesso restrito, à água e as razões para tal, a fim de avaliar as possibilidades de melhoria do acesso e informar claramente essas pessoas sobre as soluções possíveis para ligação à rede de distribuição ou sobre os meios alternativos de acesso à água.

O quadro jurídico estabelecido pela diretiva de 1998 visava proteger a saúde humana dos efeitos nocivos resultantes de qualquer contaminação da água destinada ao consumo humano, assegurando as suas salubridade e limpeza. A diretiva atualizada *“deverá atingir o mesmo objetivo e facultar o acesso universal a esta água para todos na União”*, acrescenta o PE.

Contexto

Esta proposta legislativa dá seguimento à primeira iniciativa de cidadania europeia bem-sucedida, *“Right2Water”*, que recolheu 1,6 milhões de assinaturas em favor da melhoria do acesso a água potável para todos os europeus.

Uma maior confiança dos cidadãos na água da torneira poderá contribuir para a redução dos resíduos de plástico provenientes da água engarrafada, incluindo o lixo marinho.

A redução do consumo de água engarrafada poderá também ajudar as famílias europeias a poupar mais de 600 milhões de euros por ano, de acordo com dados da Comissão Europeia.

Próximos passos

A proposta legislativa, aprovada em plenário por 300 votos a favor, 98 contra e 274 abstenções, terá ainda de ser negociada com o Conselho da União Europeia (UE), onde estão representados os governos nacionais, com vista a alcançar um acordo sobre a legislação final.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O acesso a água potável de boa qualidade é uma das maiores preocupações de todos os europeus. A Diretiva 98/83/CE está em vigor há vinte anos e não foi objecto de grande reformulação desde essa data pretendendo-se com esta nova Directiva reformular e alinhar as normas de qualidade da água potável aos dados científicos mais actualizados e adaptar o quadro legislativo para dar uma resposta mais cabal aos desafios emergentes, nomeadamente as alterações climáticas e transição para uma economia circular. Apoio o Relatório Dantin que vem no seguimento do supra exposto apresentar melhorias à Directiva nos seguintes domínios: - a revisão da lista de parâmetros com base nas recomendações da Organização Mundial de Saúde; - recurso a uma abordagem baseada no risco à luz dos princípios da subsidiariedade, precaução e poluidor-pagador; - reforço da transparência e acesso dos consumidores à informação; - harmonização dos materiais e produtos em contacto com a água. - acesso universal e equitativo à água para todos a um preço comportável. Concordo com as medidas para melhorar o acesso à água nas cidades e nos espaços públicos, instalando e promovendo a utilização de fontes de acesso livre, e que encorajem a disponibilização de água da torneira. “*

Parlamento Europeu aprova restrições aos produtos de plástico descartáveis

A venda de produtos de plástico de utilização única deverá ser proibida na União Europeia (UE) a partir de 2021, de acordo com uma proposta aprovada no Parlamento Europeu (PE) por 571 votos a favor, 53 contra e 34 abstenções.

Estes artigos incluem pratos, talheres, cotonetes, palhinhas, agitadores para bebidas e varas para balões. O PE acrescentou à lista inicial produtos de plásticos oxodegradável e recipientes para alimentos e bebidas de poliestireno expandido.

Em relação a outros produtos de plástico de utilização única, *“os Estados-Membros devem tomar as medidas necessárias para obter uma redução ambiciosa e sustentada de pelo menos 25% até 2025”*, estipula o texto aprovado pelos eurodeputados. Nesta categoria incluem-se caixas para hambúrgueres, sanduíches e saladas, bem como recipientes para frutos, legumes, sobremesas ou gelados.

Os Estados-Membros devem elaborar planos nacionais que descrevam as medidas adotadas, incentivando a utilização de produtos que se adequem a múltiplas utilizações e que possam ser preparados para reutilização e reciclados.

Garrafas de plástico, filtros dos cigarros e artes de pesca

Os Estados-Membros terão de assegurar a recolha seletiva e a subsequente reciclagem de pelo menos 90% das garrafas de plástico descartáveis até 2025, determinam as regras aprovadas pelo PE.

Os objetivos de redução serão também aplicáveis aos produtos do tabaco, como os filtros que contêm plástico. Os eurodeputados querem que estes sejam reduzidos em 50% até 2025 e em 80% até 2030.

As artes de pesca que contêm plástico, abandonadas ou perdidas no mar, são também alvo das novas medidas. Os Estados-Membros terão de assegurar que, no mínimo, 50% deste material é recolhido anualmente, estipula o PE, estabelecendo um objetivo de reciclagem de pelo menos 15% até 2025.

Os filtros dos produtos do tabaco ocupam o segundo lugar na hierarquia dos plásticos de utilização única que contribuem para o lixo marinho, após as garrafas de plástico. As artes de pesca representam 27% de todos os resíduos das praias.

Responsabilidade alargada dos produtores

As regras propostas pelo PE requerem a criação de regimes de responsabilidade alargada do produtor ao nível dos Estados-Membros. Os produtores de filtros de produtos do tabaco que contenham plástico deverão cobrir os custos da recolha dos resíduos desses produtos e o subsequente transporte e tratamento, incluindo os custos de limpeza do lixo. O mesmo se aplica aos produtores de artes de pesca que contenham plástico, que terão de contribuir para que seja atingido o objetivo de reciclagem de pelo menos 15% até 2025.

Próximos passos

A posição do PE, aprovada em plenário por 571 votos a favor, 53 contra e 34 abstenções, terá ainda de ser negociada com o Conselho da UE, onde estão representados os governos nacionais, com vista a alcançar um acordo sobre a legislação final.

Contexto

A proposta sobre a redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente, apresentada pela Comissão Europeia em maio, complementa as medidas previstas no âmbito da estratégia europeia para os plásticos.

Os produtos de plástico descartáveis cobertos pela proposta e as artes de pesca representam cerca de 70% do lixo marinho.

Os resíduos são encontrados em muitas espécies marinhas - tartarugas marinhas, focas, baleias, aves, bem como diversas espécies de peixes e crustáceos -, podendo assim entrar na cadeia alimentar.

Além de afetar o ambiente e a saúde humana, o lixo marinho de plástico é também prejudicial para atividades como o turismo, as pescas e o transporte marítimo.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O uso do plástico tornou-se uma realidade nas nossas economias conduzindo, por vezes, a efeitos nocivos para a natureza e saúde humana. 85 % da poluição marinha advém de produtos de plástico. Estando consciente de que não é um problema exclusivo da UE, creio ser nosso dever ser o exemplo neste domínio e aproveitar os eventuais prejuízos para fazer a transição para novas economias e mercados mais amigos do Ambiente. Concordo com a redução gradual de vários produtos de plástico, não essenciais à nossa sobrevivência bem como o sistema de responsabilidade alargada do produtor. Estou ciente que alguns constrangimentos podem advir a curto prazo para algumas indústrias europeias. Mas creio também que a força da nossa economia poderá ultrapassá-los e diminuir o flagelo do plástico que polui as águas europeias todos os anos e destrói a biodiversidade do planeta e prejudica actividades como o Turismo, Pesca e Transportes”.*

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Senhor Comissário, falamos de poluição nos oceanos e a primeira coisa que nos vem à cabeça é plástico à deriva. Os plásticos são um problema visível que não podemos mais ignorar, sobretudo a acumulação nos nossos oceanos e nas nossas praias que é evitável. A presença do descartável pela sua facilidade de uso levou ao uso desnecessário da utilização deste tipo de produtos. O consumo tem de*

ser mais sustentável e passa por uma maior consciência do consumidor, para a preferência por materiais reutilizáveis, para a forma correta de eliminar resíduos e para a necessidade extrema do uso de descartáveis que tenham opção por materiais biodegradáveis de forma segura no meio aquático. Por isso, acredito que as medidas que iremos aprovar irão prevenir o agravamento da situação no futuro, mas não vão apagar num piscar de olhos o problema que temos, hoje, em todo o mundo. Temos de encontrar soluções sustentáveis, nomeadamente investindo na limpeza dos oceanos através da recolha e do encaminhamento de resíduos. O lugar do plástico não é no ambiente, nem no aterro. Cumprir a circulação da economia e retirar o devido valor destes resíduos para diminuir a sua pegada ambiental é essencial. No fim, o resto do mundo seguirá o nosso exemplo”.

Ricardo Serrão Santos (S&D) *“Senhor Presidente, caro Comissário e prezado amigo, o plástico é uma das grandes inovações do século XX com impactos relevantes na economia e na vida quotidiana de todos nós.*

Em contrapartida, tem impactos desastrosos no meio ambiente, na biodiversidade, na saúde dos ecossistemas e, por absurdo e contraditório que possa parecer, na qualidade da vida quotidiana. É lamentável o ponto a que deixámos expandir os plásticos e só agora começarmos, de facto, a produzir instrumentos de governação para corrigir os erros da gestão dos últimos setenta anos.

Que nos sirva de aviso para não descurar a guarda e a precaução para a gestão e a governação quanto a inovações tecnológicas atuais e futuras.

As pescas são responsáveis por 27% dos plásticos de utilização única que ocorrem no mar. Por isso, é muito importante harmonizar esta proposta com a diretiva de receção de resíduos em zonas portuárias. A diretiva dos plásticos só peca pela demora e espero que quarta-feira se obtenha um documento ambicioso”.

Segurança: Parlamento Europeu aprova reforma da base de dados de Schengen

A reforma do Sistema de Informação de Schengen (SIS), aprovada pelos eurodeputados, visa melhorar o combate ao terrorismo, a proteção das crianças e a partilha de informações entre os Estados-Membros.

Os três regulamentos relativos à utilização do SIS dizem respeito à cooperação policial e judiciária em matéria penal, aos controlos das fronteiras, sobre os quais Carlos Coelho (PPE) é relator, e ao regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular.

“O impacto desta reforma é profundo. O novo Sistema de Informação de Schengen vai mudar a forma como as autoridades de polícia e de fronteira partilham informação na Europa. Não precisamos de mais informação, precisamos de melhor informação”, disse Carlos Coelho no debate em plenário.

O eurodeputado português explicou que a legislação *“adapta o sistema aos desafios colocados pela migração, responde às novas ameaças do terrorismo e da criminalidade organizada, tira proveito dos desenvolvimentos tecnológicos e reforça o respeito pelos direitos fundamentais, em particular a proteção de dados”.*

“O SIS já é o maior, mais eficaz e mais utilizado sistema de informação da Europa. Reformar o Sistema de Informação Schengen é necessário para reforçar a segurança das nossas fronteiras, proteger melhor os nossos cidadãos e defender a livre circulação. É isso que faz o novo SIS”, afirmou Carlos Coelho.

Novos alertas no SIS

As novas regras, já acordadas com os Estados-Membros, vêm colmatar algumas lacunas e dar resposta a novas necessidades, prevendo a criação de novas categorias de indicações (alertas) no SIS para reforçar a segurança interna.

Uma das novidades diz respeito à introdução no SIS de “*indicações preventivas*” para as crianças que correm risco de rapto parental e para crianças e pessoas vulneráveis em risco de serem sujeitas a casamentos forçados, mutilação genital feminina ou tráfico de seres humanos.

Passarão também a ser introduzidas no sistema indicações relativas a pessoas desconhecidas procuradas, incluindo impressões digitais ou impressões palmares encontradas em locais de atentados terroristas ou de crimes graves.

Será ainda obrigatória a inserção de indicações relativas às proibições de entrada de nacionais de países terceiros nas fronteiras externas.

As novas regras permitem a inclusão de um perfil de ADN para facilitar a identificação de pessoas desaparecidas nos casos em que não estejam disponíveis impressões digitais, fotografias ou imagens faciais ou em que estas não sejam adequadas para efeitos de identificação.

A Europol poderá aceder a todas as categorias de dados do SIS e proceder ao intercâmbio de informações suplementares com os gabinetes SIRENE nos Estados-Membros. A nova Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira terá igualmente acesso às categorias de indicações no SIS para os fins previstos no respetivo mandato.

A implementação desta reforma inicia-se já no início do próximo ano.

SIS consultado mais de 5,1 mil milhões de vezes em 2017

O SIS é a maior base de dados europeia para controlo de fronteiras e combate ao crime. Este sistema faculta informações sobre pessoas procuradas por ligações a atividades criminosas e pessoas desaparecidas, pessoas sem direito de entrada ou de permanência no espaço Schengen, dados necessários para localizar pessoas e confirmar a respetiva identidade, bem como dados sobre certos objetos perdidos ou roubados (por exemplo, veículos, armas, barcos e documentos de identidade).

O sistema contém mais de 76 milhões de indicações. Em 2017, foi consultado pelos Estados-Membros mais de 5,1 mil milhões de vezes.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE), “*Senhor Presidente, Senhor Comissário Avramopoulos e Senhor Comissário King, Senhor Ministro, Caros Colegas, todos nós queremos reforçar a segurança das nossas fronteiras, proteger melhor os nossos cidadãos e defender a livre circulação. Para tudo isto, precisamos de melhorar o Sistema de Informação de Schengen.*

Demorámos cerca de seis meses nas negociações interinstitucionais sobre o SIS, metade do que tínhamos demorado na reforma anterior. Neste meio ano, lutámos por mais segurança, por mais liberdade, por mais Schengen em prol dos cidadãos europeus.

Com efeito, esta reforma do Sistema de Informação de Schengen adapta o sistema aos desafios colocados pela migração, responde às novas ameaças do terrorismo e da criminalidade organizada, tira proveito dos desenvolvimentos tecnológicos e reforça o respeito pelos direitos fundamentais, em particular a proteção de dados.

No momento em que a União Europeia é acusada de não responder atempadamente às necessidades dos cidadãos, a implementação desta reforma inicia-se já no início do próximo ano. Pela primeira vez, aliás, temos uma data limite para que esta reforma entre em funcionamento, assim como mecanismos que asseguram maior controlo e transparência sobre os custos. Medidas do mais elementar bom senso, dir-se-á, mas que encontraram desde sempre muita resistência, mas desta vez vai ser diferente. Estados-Membros e Comissão têm de cumprir prazos e orçamento. Dentro do calendário dos custos previstos, o novo SIS tem de estar em pleno funcionamento.

O impacto desta reforma é profundo. O novo Sistema de Informação de Schengen vai mudar a forma como as autoridades de polícia de fronteira partilham informação na Europa. Não precisamos de mais informação, precisamos de melhor informação. Vamos proteger melhor

as nossas crianças, não apenas quando o pior já aconteceu e não sabemos o seu paradeiro, pelo contrário, através de novos alertas para crianças em risco. Vamos poder prevenir estes raptos ou realidades tão dramáticas como a mutilação genital, mas também vamos melhorar a segurança de todos através de uma monitorização mais estreita dos chamados foreign fighters e outros criminosos, através de novos meios de obtenção de informação, os inquiry checks, através de melhores dados biomédicos, como impressões digitais e imagens faciais. Será possível não apenas efetuar pesquisas com estes elementos, como procurar em toda a Europa autores de crimes desconhecidos, mas cuja impressão digital foi encontrada no local do crime.

Vamos melhorar os controlos nas nossas fronteiras externas. Levamos a cabo a maior revisão de sempre às proibições de entrada em Schengen. Será virtualmente impossível que alguém recusado por Portugal consiga entrar pela Alemanha, mas certos requisitos terão de ser cumpridos.

Melhoramos a capacidade de resposta do sistema, aumentamos a sua capacidade de processamento e reforçamos as suas defesas contra potenciais ataques, problemas de segurança ou simples falhas. E pedimos mais eficácia aos Estados-Membros. Os prazos de resposta dos Gabinetes Sirene foram encurtados e os pedidos de informação em casos relativos a crianças ou terrorismo requerem resposta imediata.

Por fim, mas nem por isso menos importante, colocamos o SIS no centro da ação europeia, providenciando o acesso à Frontex e à Europol, aumentando ainda mais o valor da sua ação. Estou confiante, Sr. Presidente, em que, amanhã, esta Câmara irá aprovar sem reservas a terceira reforma do Sistema de Informação de Schengen. Acredito que mais Europa, que mais SIS permite melhor informação e melhor coordenação, permite mais segurança e mais liberdade”.

-----//-----
Para finalizar Senhor Presidente, agradeço as referências simpáticas de várias colegas. Creio que no final deste debate é evidente que a grande maioria daqueles que usaram da palavra foi para defender a importância do Sistema de Informação de Schengen, para assegurar as liberdades de Schengen, para sublinhar que necessitamos de uma livre circulação com segurança e para recordar que os direitos dos cidadãos também se fazem reforçando a proteção de dados, e nós fazemos isto neste regulamento.

Estou confiante, como disse o Sr. Comissário King, que amanhã vamos aprovar a reforma do Sistema de Informação de Schengen. Quero sublinhar que este é o resultado do trabalho de uma equipa constituída por elementos de todas as instituições, que trabalharam de forma muito empenhada e muito célere para este resultado.

Quero agradecer a toda a equipa do nosso Parlamento, ao nosso secretariado em especial, pelo imenso esforço e dedicação que colocaram neste dossiê.

Agradeço ao Secretariado do Conselho, às equipas das Presidências da Estónia e da Bulgária, com que trabalhámos de forma leal e dedicada na busca do melhor resultado, e quero lamentar a ausência austríaca durante este debate sobre o SIS.

Um agradecimento à equipa negociadora da Comissão Europeia, naturalmente aos Srs. Comissários King e Avramopoulos, que foram cruciais na elaboração dos compromissos que garantem o sucesso do Sistema de Informação de Schengen, aos meus colegas relatores-sombra agradeço naturalmente a colaboração e a abordagem muito construtivas em todo este processo, e termino com o meu colega Jeroen, meu parceiro neste desafio, de quem não poderia ter tido melhor cooperação, fomos uma boa equipa, a todos muito obrigado”.

Francisco Assis (S&D) "Senhor Presidente, queria começar por saudar os relatores e muito em particular o Senhor Deputado Carlos Coelho que, ao longo dos últimos anos aqui no Parlamento Europeu, tem contribuído de uma forma extraordinária para que se encontrem soluções equilibradas e justas num sector tão difícil como este.

Aqueles que pensam que é possível garantir a liberdade num contexto de insegurança estão rotundamente enganados. Não há melhor caldo de cultura para favorecer a emergência de soluções tirânicas do que um quadro de insegurança.

A insegurança é que gera muitas vezes o desejo de uma proteção excessiva que leva imediatamente à valorização das tiranias e, portanto, temos de ter a noção de que uma sociedade livre também tem de ser uma sociedade segura e temos de alcançar o equilíbrio

entre estas duas dimensões, entre a dimensão da proteção da segurança dos cidadãos e a dimensão, naturalmente, do respeito pelos direitos fundamentais desses mesmos cidadãos. Ora, o trabalho que aqui foi desenvolvido vai justamente neste sentido: a modernização de um instrumento essencial, o sistema SIS que é o instrumento fundamental para garantir o reforço da segurança, nomeadamente nas fronteiras externas, e, ao mesmo tempo, a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos europeus. Só temos razões para estar satisfeitos com este trabalho”.

Parlamento Europeu defende proibição de grupos neofascistas e neonazis na UE

A assembleia europeia exortou todos os Estados-Membros a proibirem os grupos neofascistas e neonazis e qualquer fundação ou associação que exalte e glorifique o nazismo e o fascismo.

Os eurodeputados consideram que a ausência de ações concretas contra os grupos neofascistas e neonazis permitiu a emergência da atual corrente xenófoba na Europa.

A resolução parlamentar, aprovada por 355 votos a favor, 90 contra e 39 abstenções, relembra casos ocorridos em vários países da Europa, como Polónia, Reino Unido, Grécia, Alemanha, Itália, França e Espanha.

O PE manifesta profunda preocupação com a *“impunidade de que gozam os grupos neofascistas e neonazis que operam em alguns Estados-Membros”*, qualificando de *“perturbadores”* os relatos de conluio de líderes políticos, partidos políticos e forças policiais com neofascistas e neonazis em alguns países europeus.

Face à crescente normalização do fascismo, do racismo, da xenofobia e de outras formas de intolerância na União Europeia (UE), o PE exorta os Estados-Membros a *“proibirem de forma eficaz os grupos neofascistas e neonazis e qualquer outra fundação ou associação que exalte e glorifique o nazismo e o fascismo”*.

A criação de unidades de combate aos crimes de ódio nas forças policiais é outra das medidas recomendadas pelo PE. A polícia deve assegurar que os membros do seu pessoal não participem em atos racistas, xenófobos ou discriminatórios, que tais atos sejam objeto de investigação e que os respetivos autores respondam perante a justiça.

Minorias específicas, tais como *“europeus negros/pessoas de ascendência africana, judeus, muçulmanos, ciganos, nacionais de países terceiros, pessoas LGBTI e pessoas com deficiência”*, são as mais martirizadas pela violência neofascista, nota a resolução.

A assembleia europeia insta também os países da UE a condenarem categoricamente e a sancionarem os crimes de ódio, os discursos de incitação ao ódio e a procura de bodes expiatórios por *“políticos e funcionários públicos”*, uma vez que normalizam e alimentam diretamente o ódio e a violência na sociedade.

Os eurodeputados exortam ainda a Comissão, os Estados-Membros e as empresas que operam as redes sociais a impedirem a propagação destes fenómenos na Internet.

O PE apela a uma *“cultura comum da memória que rejeite os crimes fascistas do passado”*, manifestando a sua preocupação com o facto de, na Europa e noutras partes do mundo, as gerações mais jovens demonstrarem um interesse cada vez menor pela história do fascismo, correndo assim o risco de se tornarem indiferentes a novas ameaças.

Combate ao racismo no futebol

As federações desportivas nacionais, em particular os clubes de futebol, devem também combater o flagelo do racismo, do fascismo e da xenofobia nos estádios e na cultura

desportiva, condenando e punindo os responsáveis e promovendo atividades educativas positivas destinadas aos jovens adeptos, em cooperação com as escolas e as organizações da sociedade civil.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Os actos de violência protagonizados por movimentos de inspiração neofascista, neonazi, racista e xenófoba são condenáveis a todos os títulos. A própria existência destas organizações, algumas formadas como partidos políticos, fere os valores fundadores da União de respeito pela dignidade da pessoa humana, da Liberdade, da Democracia, da Igualdade, do Estado de Direito e do respeito pelos direitos humanos. Registo o aumento da violência com inspiração em ideais políticos na Europa. A duplicação de detenções, em 2017, por crimes com cunho de ideias políticas de extrema direita é um sintoma lamentável e um alerta à necessidade de acção. Condeno de forma particularmente veemente a violência contra minorias específicas. Defendo uma acção determinada da UE, Estados-Membros, sociedade civil, empresas e plataformas de comunicação social e redes sociais para combater a propaganda extremista no espaço público e, em particular, nas redes sociais, utilizadas recorrentemente para os movimentos extremistas se organizarem e propagarem as suas ideias. Sublinho o papel das escolas na prevenção da radicalização dos mais jovens e chamo a atenção para a utilidade da Rede de Sensibilização para a Radicalização”.*

Khashoggi: Parlamento Europeu insta a embargo de armas da UE à Arábia Saudita

O Parlamento Europeu (PE) exortou os Estados-Membros da União Europeia (UE) a adotarem uma posição comum impondo um embargo de armas à Arábia Saudita.

Numa resolução aprovada em plenário na sequência do assassinato do jornalista Jamal Khashoggi, os eurodeputados solicitam a realização de uma investigação internacional independente e imparcial sobre as circunstâncias da sua morte e instam a que os responsáveis sejam identificados e levados a julgamento.

Jamal Khashoggi desapareceu depois de entrar no consulado da Arábia Saudita em Istambul, em 2 de outubro, para obter os documentos necessários ao seu casamento, não tendo sido visto desde então.

O PE condena com a máxima firmeza *“a tortura e o assassinato”* de Khashoggi, instando as autoridades sauditas a revelarem o paradeiro dos seus restos mortais. *“A prática sistemática de desaparecimentos forçados e de execuções extrajudiciais constitui um crime contra a humanidade”*, recorda a assembleia europeia.

A resolução, aprovada por 325 votos a favor, um contra e 19 abstenções, nota que *“o controlo absoluto exercido por Mohammad Bin Salman Al Saud [príncipe herdeiro da Arábia Saudita] sobre os serviços de segurança torna altamente improvável que uma operação tivesse sido conduzida sem o seu conhecimento”*.

Embargo de armas à escala da UE à Arábia Saudita

A assembleia europeia exorta os Estados-Membros a adotarem uma posição comum no Conselho impondo um embargo de armas à escala da UE à Arábia Saudita, apelando também a um embargo à exportação de sistemas de vigilância e de outros produtos de dupla utilização que possam ser utilizados para fins de repressão.

Não é a primeira vez que o PE apela a todos os Estados-Membros para que se abstenham de vender armas e qualquer equipamento militar à Arábia Saudita, tendo o caso mais recente sido em 4 de outubro, numa resolução sobre a situação no Iémen.

Na resolução aprovada, os eurodeputados instam também a Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, e os Estados-Membros a prepararem-se para impor sanções específicas, incluindo a proibição de vistos e o congelamento de bens, a cidadãos sauditas, bem como sanções por desrespeito dos direitos humanos à Arábia Saudita, quando os factos forem apurados.

O PE pede aos Estados-Membros que tomem a iniciativa no próximo Conselho dos Direitos Humanos da ONU, que se realiza em Genebra, no dia 5 de novembro, de *“levantar a questão da participação no mesmo de Estados que têm históricos profundamente questionáveis em matéria de direitos humanos, como a Arábia Saudita”*.

Os países da UE devem também propor no Conselho dos Direitos Humanos da ONU a nomeação de um Relator Especial sobre os direitos humanos no país, reiteram os eurodeputados.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“Jamal Khashoggi jornalista saudita foi visto pela última vez a 2 de outubro de 2018, a entrar no consulado da Arábia Saudita em Istambul, onde se dirigiu para obter os documentos necessários ao seu casamento. A Arábia Saudita negou, de início, qualquer envolvimento no desaparecimento do jornalista, mas na sequência de forte pressão internacional, acaba por admitir que este foi morto no consulado em Istambul, não tendo, até ao momento, esclarecido as circunstâncias do seu assassinato. A União Europeia e os seus Estados-Membros defendem a necessidade de uma investigação internacional independente que esclareça as circunstâncias do assassinato, que identifique os seus responsáveis e que os mesmos sejam levados a julgamento. O assassinato de Jamal Khashoggi faz parte de uma vaga de repressão contra destacados defensores dos Direitos Humanos e dos direitos das mulheres, advogados, jornalistas, escritores, bloguistas, que se intensificou desde que o príncipe herdeiro, Mohammad bin Salman, começou a consolidar o seu controlo sobre os serviços de segurança do país. Nesse sentido, o Conselho deverá adoptar uma posição comum, a fim de impor um embargo de armas à escala da UE à Arábia Saudita e a respeitar a posição comum 2008/944/PESC. Pelo exposto, apoio a presente Resolução”*.

José Inácio Faria (PPE) *“Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, as sinistras e macabras circunstâncias da morte de Jamal Khashoggi colocaram na agenda mediática de todo o mundo o que, desde há muito, aquele respeitado jornalista do Washington Post denunciava e o regime de Riade e os seus aliados tentavam branquear: a vaga de detenções, a repressão e as tentativas de humilhação pública de intelectuais e líderes religiosos discordantes do príncipe Mohammed bin Salman, líder de facto do país.*

Senhora Alta Representante, a União Europeia tem de condenar este assassinato e instar as autoridades sauditas a revelarem o paradeiro do corpo de Jamal Khashoggi, a permitirem uma investigação credível e transparente para apurar o que se passou na sua missão diplomática em Istambul, numa chocante violação da Convenção de Viena sobre as relações consulares e das obrigações internacionais da Arábia Saudita como membro do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Em memória de Jamal Khashoggi, devemos ainda, mais uma vez, exigir a libertação de todos os seus colegas, como o escritor Saleh al Shehi ou o bloguer Raif Badawi, que pagam com penas de prisão as suas legítimas reivindicações pelos direitos políticos e liberdades cívicas naquele país. O embargo de armas à Arábia Saudita torna-se agora, mais do que nunca, um imperativo moral e de decência”.

Parlamento Europeu quer que seja realizada auditoria ao Facebook

Os eurodeputados propuseram uma série de medidas para reforçar a proteção dos dados pessoais nas redes sociais e para combater a manipulação das eleições.

A resolução aprovada no Parlamento Europeu (PE) vem no seguimento das audições com o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, e outros representantes da plataforma sobre o escândalo Cambridge Analytica, uma consultora política que utilizou indevidamente os dados pessoais de cerca de 2,7 milhões de cidadãos europeus.

Os eurodeputados exortam o Facebook a permitir que os organismos europeus encarregados da cibersegurança e da proteção de dados procedam a uma *“auditoria completa e independente”* da plataforma para examinar a proteção e a segurança dos dados pessoais dos utilizadores. As conclusões deverão depois ser apresentadas à Comissão Europeia, ao PE e aos parlamentos nacionais.

O Facebook deve introduzir *“modificações substanciais”* na sua plataforma para garantir o cumprimento da legislação europeia em matéria de proteção de dados, diz o PE, lembrando que a empresa *“não só traiu a confiança dos cidadãos da UE como violou o direito da UE”*.

Os eurodeputados instam também a Comissão a melhorar as regras da concorrência, de modo a ter em conta a realidade digital, e a *“examinar o modelo empresarial das plataformas de redes sociais e a sua possível situação de monopólio, tendo devidamente em conta o facto de tal monopólio poder existir devido à especificidade da marca e à quantidade de dados pessoais de que se dispõe e não tanto a uma situação de monopólio tradicional”*.

Quatro organizações de consumidores da Bélgica, Itália, Espanha e Portugal deram início a uma ação coletiva contra o Facebook reivindicando uma compensação financeira para os utilizadores afetados nestes países.

Medidas contra a manipulação das eleições

Os eurodeputados notam que os dados pessoais obtidos no Facebook *“podem ter sido indevidamente utilizados”* no referendo do Reino Unido sobre a permanência ou a saída da UE (Brexit) e para visar os eleitores durante o processo eleitoral presidencial norte-americano de 2016.

O PE realça que *“é urgente combater qualquer tentativa de manipulação das eleições europeias”* (as próximas realizam-se de 23 a 26 de maio de 2019) e reitera a necessidade de adaptar as leis eleitorais à nova realidade digital.

A assembleia europeia recomenda, entre outras medidas:

- que as plataformas de redes sociais identifiquem os conteúdos partilhados por sistemas automáticos (bots), acelerem a remoção de contas falsas e colaborem com verificadores de factos (fact-checkers) independentes e com o mundo académico a fim de chamarem a atenção dos utilizadores para a desinformação, disponibilizando correções sempre que possível;
- a aplicação em linha das salvaguardas eleitorais convencionais (off-line), tais como as regras aplicáveis às comunicações políticas durante o período eleitoral, a transparência e os limites das despesas eleitorais, o respeito pelos períodos de reflexão e a igualdade de tratamento dos candidatos;
- que todas as plataformas estabeleçam uma distinção entre a utilização dos seus produtos publicitários em linha para fins políticos e para fins comerciais; os cidadãos europeus devem

poder reconhecer facilmente a propaganda e as comunicações políticas em linha que são pagas, bem como o partido, a fundação ou a organização que as promove;

- a proibição da definição de perfis para fins políticos e eleitorais, com base em comportamentos em linha, que possam revelar preferências políticas;
- a realização pelos Estados-Membros, com o apoio da Eurojust, se necessário, de investigações sobre a alegada utilização indevida do espaço político em linha por parte de potências estrangeiras.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“O escândalo Facebook Cambridge Analytica reveste-se de enorme gravidade por representar uma violação do direito fundamental à privacidade e à protecção de dados e um atentado ao Estado de Direito, por via da utilização dos dados ilegalmente obtidos na concepção de campanhas eleitorais. Lamento que o Facebook se tenha escusado a esclarecimentos e tenha enviado funcionários de relações públicas ao Parlamento Europeu, em lugar de responsáveis directos pela gestão da plataforma e empresa. Não reconheço qualquer utilidade à audição de Mark Zuckerberg no Parlamento Europeu e registo a sua recusa em participar numa audição pública com os Deputados. Recordo que o Facebook violou as regras europeias de protecção de dados em vigor na altura e que foram aprofundadas pelo RGPD. Entendo ser fundamental garantir que o Facebook e demais redes sociais respeitam integralmente os deveres a que estão vinculados na União. Defendo que a Comissão seja firme nas exigências de cumprimento do RGPD às redes sociais e fiscalize intensamente a sua actividade, sobretudo no que respeita a matérias como a difusão de notícias falsas e discurso de ódio em vésperas de importantes eleições para o Parlamento Europeu. Lamento que este relatório não vá mais além por insuficiências imputáveis ao Facebook”.*

Paulo Rangel (PPE) *“Senhor Presidente, Senhora Comissária, não há hoje dúvida alguma de que a interferência através das redes sociais (estamos aqui a ver o caso do Facebook, mas também de outras), a manipulação do ponto de vista político e de um ponto de vista mais geral são um perigo, um risco, uma ameaça.*

O caso Cambridge Analytica mostrou claramente que é possível interferir num processo eleitoral. A nós não nos preocupa apenas a questão eleitoral; claro, como câmara política, essa preocupa-nos, mas a utilização de dados de cidadãos em qualquer matéria que não apenas a matéria política é também condenável, é um risco e é um perigo.

E por isso, com base neste caso que conhecemos, com base nas suspeitas fortes que temos no caso dos Estados Unidos, com base, por exemplo, no que está precisamente a acontecer agora no Brasil, onde se multiplicam de parte a parte as suspeitas de fake news e de manipulação de algoritmos para fazer campanha eleitoral, é fundamental que tomemos medidas, medidas para as eleições europeias porque essas são uma urgência, mas medidas que sejam de médio e longo prazo para todos os processos eleitorais.

Como digo, para nós, não é apenas a questão eleitoral que está em causa, é uma questão de cidadania geral para todas as matérias. Isto significa que não será apenas com uma interferência ou com uma legislação neste caso, mas pela compreensão de como podemos olhar para a sociedade democrática do futuro, sabendo que as redes sociais têm de ter aí um papel e que nós, assim como fomos capazes de regular o papel da comunicação social na sociedade passada, seremos capazes de regular o papel do novo mundo das redes sociais numa sociedade democrática moderna.

O desafio que está perante nós é um desafio constitucional muito mais ambicioso do que apenas este de impedir para já uma interferência de momento”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhor Presidente, o uso de dados pessoais cedidos, voluntária ou involuntariamente, pela rede social Facebook, ou por outras redes e plataformas, para manipular escolhas e opções políticas e comportamentos de massa, coloca uma questão civilizacional. Estão em causa valores como a privacidade, a transparência, a confiança e, em última análise, a liberdade de escolha dos cidadãos.*

No momento em que nos preparamos para fazer o enorme investimento no programa digital da Europa, temos de definir um padrão ético e jurídico aplicável a todas as empresas que

atuam no nosso território, ou que com ele interagem, e desenvolver ferramentas robustas de verificação e sanção de quem não o fizer.

Ao mesmo tempo, é importante desenvolver, de forma progressiva, um modelo de gestão das redes sociais mais próxima do modelo da Internet, mais multi-stakeholder e menos baseada nos grandes potentados empresariais hegemónicos.

É preciso devolver à sociedade o que é dela. É preciso colocar o desenvolvimento tecnológico ao serviço dos indivíduos e não de quem os quer manipular e distorcer a sua liberdade de escolha”.

Marisa Matias (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, em 2013, Snowden revelou-nos como as agências norte-americanas tinham colocado as maiores empresas do setor da Internet a vigiar os utilizadores. O mundo percebeu então quão frágil era a sua privacidade e a proteção dos seus dados. Cinco anos passaram e o escândalo da Cambridge Analytica veio mostrar-nos como à beira do precipício o que se decidiu fazer foi dar um passo em frente. A privacidade e os nossos dados pessoais passaram a ser um dos mais valiosos ativos do capitalismo e hoje sabemos que os dados pessoais têm sido usados como armas de combate político. Se juntarmos a isto o crescimento das fake news, das mentiras e dos discursos de ódio, temos a receita perfeita para a manipulação em massa das eleições.*

Plataformas como o Facebook e o WhatsApp não têm capacidade nem transparência para lidar com a informação que propõem e ainda menos para a proteger, como vemos aliás no Brasil.

Por isso, pergunto o que é preciso acontecer mais para continuarmos a defender as nossas democracias e para defender eleições democráticas”.

Venezuela: PE apela a investigação do assassinato de Fernando Albán

Os eurodeputados voltaram a condenar as violações dos direitos humanos na Venezuela, apelando à realização de uma autópsia sob supervisão internacional ao político da oposição Fernando Albán, alegadamente torturado e assassinado em 8 de outubro.

O Parlamento Europeu (PE) condena os crimes cometidos pelas autoridades venezuelanas, tendo apelado a uma investigação independente sobre as causas da morte do político venezuelano da oposição Fernando Albán, que foi alegadamente torturado e assassinado nas instalações do Serviço Nacional de Informações Bolivariano (a polícia política da Venezuela), em 8 de outubro.

Os eurodeputados querem que seja realizada *“uma autópsia sob supervisão internacional feita por uma equipa forense independente”.*

A situação em matéria de direitos humanos, democracia e Estado de direito na Venezuela continua a deteriorar-se gravemente, salienta o PE numa resolução aprovada por 268 votos a favor, 25 contra e 26 abstenções.

A assembleia europeia recorda que duas tentativas anteriores para chegar a uma solução política para a crise no país, através da mediação do Vaticano e do diálogo político nacional, que decorreram na República Dominicana, *“falharam claramente”.*

O PE reitera que qualquer novo desenvolvimento político deve incluir as seguintes *“exigências irrenunciáveis”*: a libertação imediata de todos os presos políticos e a cessação da tortura, dos maus-tratos e do assédio dos opositores políticos, dos ativistas dos direitos humanos e dos manifestantes pacíficos; um novo Conselho Eleitoral Nacional independente, eleito pela Assembleia Nacional; a realização de eleições livres e justas, em conformidade com as normas internacionais, para que o processo seja credível, respeitando o pluralismo político, com a presença de observadores internacionais democráticos.

Enquanto é explorada a possibilidade de instituir um grupo de contacto, cujo objetivo seria promover uma iniciativa conjunta com os principais parceiros regionais e internacionais que possa contribuir para encontrar uma solução democrática e política para o conflito, os eurodeputados pedem à Alta Representante da UE para os Negócios Estrangeiros, Federica Mogherini, que *“mantenha contacto com representantes legítimos da oposição democrática venezuelana, a fim de verificar se existe uma maioria a favor de uma iniciativa desse tipo”*.

A assembleia europeia solicita ainda que as sanções à Venezuela sejam reforçadas *“se a situação dos direitos humanos e da democracia no país continuar a deteriorar-se”*.

Crise migratória venezuelana

O PE reitera as conclusões preocupantes da sua missão, na última semana de junho, às fronteiras terrestres da Venezuela com a Colômbia e o Brasil, e apela ao envio de uma delegação ad hoc ao Peru, em 2019, para avaliar no terreno o impacto da crise migratória venezuelana.

Esta é a oitava resolução que o PE aprova desde o início da legislatura sobre a situação neste país da América Latina. Em 2017, a assembleia europeia atribuiu o Prémio Sakharov à Oposição Democrática na Venezuela.

Intervenções de Eurodeputados Portugueses:

Carlos Coelho (PPE) *“A situação na Venezuela é insustentável. O elevado número de mortos, os mais de dois milhões de migrantes e refugiados, 87% da população na pobreza e o aumento da mortalidade materna e infantil em 60% e 30% são marcas de um Estado falhado e aprisionado a uma ditadura sanguinária. Condeno a recusa do governo da Venezuela em receber e distribuir ajuda humanitária, quando o caos social, económico e político condena os venezuelanos à pobreza extrema e potencia violência nas ruas. A prática das detenções arbitrárias, da tortura e do homicídio por autoridades públicas viola os Direitos Humanos e merece a maior censura. O exílio forçado de opositores políticos, como Lorena Saleh, é marca de um regime hipócrita que mantém mais de duzentos presos políticos encarcerados. Concordo com o embargo da União a armas e material associado e com as sanções a personalidades do regime. Estas decisões devem ser mantidas e reforçadas. Defendo uma solução diplomática assente no diálogo, mas com a exigência clara da libertação dos presos políticos, da aceitação de ajuda humanitária, do fim da prática da detenção arbitrária e tortura, da realização de eleições livres e do restabelecimento dos circuitos económicos normais”*.

Fernando Ruas (PPE) *“Senhora Presidente, Senhora Alta Representante, mais uma vez para exprimir a nossa profunda preocupação pelo que se está a passar neste grande país da América Latina. A Venezuela, não tendo vivido nenhuma catástrofe natural, possui hoje cerca de 87% da sua população afetada pelo verdadeiro flagelo social e humano que é a pobreza, vivendo mais de 61% dos venezuelanos em situação de pobreza extrema, como evidencia a nossa resolução.*

Esta situação não é tolerável e tem que ser invertida! O retrato social, humanitário, económico e político na Venezuela é bem conhecido. Este Parlamento, aliás, tem debatido intensamente a situação, tendo enviado uma missão às suas fronteiras em junho último e atribuindo mesmo o prémio Shakarov, no ano passado, à oposição venezuelana. E é a mesma esta oposição que se vê alvo de perseguições e detenções arbitrárias, mandados de captura internacionais, expulsões do país ou exílios esforçados. Acresce a estes factos a morte o vereador Fernando Albán ocorrida há duas semanas em circunstâncias desconhecidas e enquanto estava sob custódia do Serviço de Inteligência Nacional. São, pois, situações intoleráveis que têm que ser imediatamente invertidas! Termino, deixando o apelo para que a ajuda humanitária europeia e internacional seja reforçada no terreno e nos países limítrofes”.

José Inácio Faria (PPE) “*Senhora Alta Representante, peço imensa desculpa por lhe cortar a palavra, mas dou-lha já de seguida, muito obrigado. Senhor Presidente, Senhora Alta Representante, o colapso económico, o drama humanitário que se vive hoje na Venezuela tem origem num problema político que só por esta via deverá ser resolvido e, por isso, saúdo a senhora Mogherini pela intenção de, como disse há pouco, sem suavizar as medidas restritivas impostas pela União Europeia à Venezuela, criar um grupo de contacto encarregado de gerir a crise no país. As recentes reviravoltas na política diplomática de alguns Estados-Membros, pretendendo substituir o regime de sanções individualizadas pelo diálogo, servem apenas para alimentar o engodo do governo do senhor Maduro que, nos últimos quatro anos, tem ludibriado chefes de Estado, o Vaticano, a União Europeia e o seu próprio povo, com simulacros de diálogo que apenas têm servido para ganhar tempo e tentar enfraquecer a pressão externa e desmobilizar a oposição. Estas tentativas ad hoc de diálogo com o regime ilegítimo e ditatorial, que é parte do problema e não da solução, só servem para enfraquecer a posição conjunta da União e alimentar o balão de oxigénio de um governo que transformou uma nação democrática e próspera num narco-Estado que condena os seus próprios cidadãos à mais abjeta tirania e miséria. Termine, senhora Mogherini, recordando Fernando Albán e pensando no seu assassinato e pensando também em Corina Machado que luta, neste momento, pela sua própria vida”.*

Nuno Melo (PPE) “*Senhora Presidente, enquanto falamos, o ditador Nicolás Maduro critica Donald Trump por não abrir as fronteiras dos Estados Unidos a milhares de cidadãos das Honduras que querem entrar no país. Nicolás Maduro só não se questiona sobre as razões pelas quais estas pessoas escolhem como destino os Estados Unidos, e não a Venezuela. Porque é que preferem os braços de um país democrático, mesmo se tratado por Maduro como imperialista com pretensões a polícia do mundo, à Venezuela chavista e totalitária onde se aplicam as práticas marxistas mais ortodoxas em pleno século XXI? E a resposta é fácil. Se procurassem a Venezuela, provavelmente teriam as fronteiras fechadas. Depois, se aí quisessem viver e trabalhar, o que é que encontrariam? Encontrariam miséria e fome, um povo à míngua, empresas encerradas, a violência das milícias do regime; se ficassem doentes não teriam medicamentos nos hospitais; se quisessem ser empresários, acabariam talvez presos arbitrariamente, como aconteceu a 34 gerentes de supermercados, 12 deles portugueses e luso-descendentes há pouco tempo; e se contestassem o Governo, talvez acabassem como Fernando Albán Salazar, vereador da cidade de Libertador, opositor preso às ordens da ditadura que talvez tenha tropeçado do décimo andar do prédio do serviço bolivariano de Inteligência Nacional em Caracas.*

Francisco Assis (S&D) “*Senhora Presidente, na última semana de junho passado, integrando uma delegação do Parlamento Europeu, estive num dos Estados mais pobres do Brasil, Roraima, que faz fronteira com a Venezuela, e tive oportunidade, nessa altura, de visitar vários campos de refugiados venezuelanos. Não se trata de fake news, trata-se de contatos diretos que tive com pessoas que ali estavam, com quem pude falar, venezuelanos, a maioria, pobres, e que tinham fugido da Venezuela. Falei com eles e eles apontavam as mais diversas razões: a fome, a inexistência de medicamentos, nalguns casos, um quadro de perseguição política.*

Essa é a realidade. Muito mais do que dois milhões de cidadãos que deixaram a Venezuela nos últimos anos, devido ao regime ditatorial que ali impera. E nós, aqui, não podemos estabelecer nenhuma distinção entre ditaduras. Não há ditaduras de esquerda e ditaduras de direita, umas melhores e outras piores. Todas as ditaduras são deploráveis e os verdadeiros democratas têm a obrigação de as combater. E nós, que temos o privilégio de estar num Parlamento democrático, temos a obrigação de denunciar, de combater e de apoiar aqueles que lutam pela democracia na Venezuela, mesmo que não concordemos inteiramente com as suas orientações ideológicas e políticas. Estou de acordo com a ideia de promover mais negociações, embora aquelas que se desenvolveram até agora tenham fracassado. Mas estou de acordo com essa ideia e penso que a União Europeia deve investir, até ao limite das suas capacidades, no esforço para promover essas negociações entre as diversas partes envolvidas no conflito na Venezuela. Mas isso não pode, em nenhuma circunstância, significar que a União Europeia vai retirar o que quer que seja de firmeza na sua relação com um regime ditatorial, como o regime atualmente existente na Venezuela”.

Senhora Presidente, este debate é sobre a situação na Venezuela. A situação na Venezuela, um dos países mais ricos do planeta, reduz-se a uma palavra, é uma tragédia”.

Carlos Zorrinho (S&D) *“Senhora Presidente, uma profunda derrapagem democrática institucional gerou uma enorme crise humanitária na Venezuela.*

Uma tragédia com a dimensão daquela que está a suceder é sempre fruto de um estrondoso falhanço político. As causas e os contextos são vários, mas o papel da União Europeia não deve ser o de alimentar rivalidades geoestratégicas ou extremar a caracterização dos bons ou dos maus. O sofrimento do povo venezuelano não pode ser um instrumento de combate político e, por isso, quero saudar a estratégia definida pela União Europeia, e aqui reiterada pela Alta Representante Federica Mogherini. Essa estratégia deve ser apoiada por este Parlamento. As sanções direcionadas e a denúncia das violações dos direitos humanos que ocorrem sistematicamente são a base necessária para forçar uma solução política que salguarde as bases do Estado de direito, ajude o povo e permita resolver a brutal crise humanitária que está a ocorrer na Venezuela”.

João Pimenta Lopes (CEUE/EVN) *“Senhor Presidente, esta Câmara omite sistematicamente sem condenação as ameaças de intervenção militar e as constantes ações de desestabilização promovidas pelos Estados Unidos contra a República Bolivariana da Venezuela e o povo venezuelano. Uma estratégia a que se associa a União Europeia e que tem como elemento central as sanções e o bloqueio económico e financeiro, atingindo a economia da Venezuela e as condições de vida do seu povo e também da esmagadora maioria da comunidade portuguesa.*

Ações que se intensificam quando o Governo venezuelano procura concretizar medidas de combate a ações terroristas, a par de medidas económicas, nomeadamente, de combate ao açambarcamento e à especulação de preços, visando assegurar a melhoria das condições de vida dos venezuelanos e também da comunidade portuguesa.

As relações com a Venezuela e o seu legítimo Governo devem pautar-se pelo respeito da sua soberania e independência, pela Carta das Nações Unidas e o direito internacional, como pelo respeito pelo direito do povo venezuelano a decidir, sem ingerências externas, o seu futuro”.

Ordem do dia 22 a 25 Outubro de 2018

► Segunda-feira, 22 de Outubro

17:00 - 23:00

Reinício da sessão e ordem de trabalhos

Debate conjunto - COP24 e COP14

Conferência das Nações Unidas de 2018 sobre as Alterações Climáticas, em Katowice, na Polónia, (COP24) - *Perguntas orais* (O-000089/2018 - B8-0411/2018) (O-000090/2018 - B8-0412/2018)

14ª reunião da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP14) - *Perguntas orais* (O-000115/2018 - B8-0413/2018) (O-000116/2018 - B8-0414/2018)

Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - todas as secções - *Relatório: Daniele Viotti, Paul Rübig* (A8-0313/2018)

Qualidade da água destinada ao consumo humano - *Relatório: Michel Dantin* (A8-0288/2018)

Redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente - *Relatório: Frédérique Ries* (A8-0317/2018)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Políticas sociais e de emprego na área do euro - *Relatório: Krzysztof Hetman* (A8-0329/2018)

Papel da participação financeira dos trabalhadores na criação de postos de trabalho e na reintegração dos desempregados - *Relatório: Renate Weber* (A8-0293/2018)

Intervenções de um minuto (artigo 163.º do Regimento)

► Terça-feira, 23 de Outubro

09:00 - 10:30

Utilização pela Cambridge Analytica de dados dos utilizadores do Facebook e impacto na proteção de dados - *Declaração da Comissão*

10:30 - 12:50

Debate com o Primeiro-Ministro da Roménia, Klaus Iohannis, sobre o Futuro da Europa

13:00 - 14:00 - VOTAÇÃO

Consulta relativa à imunidade parlamentar de Alfonso Luigi Marra - *Relatório: Gilles Lebreton* (A8-0325/2018)

Pedido de levantamento da imunidade de Manolis Kefalogiannis - *Relatório: Jean-Marie Cavada* (A8-0333/2018)

Publicação eletrónica do Jornal Oficial da União Europeia - *Recomendação: Pavel Svoboda* (A8-0323/2018)

Acordo UE-Baamas sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0304/2018)

Acordo UE-Maurícia sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0303/2018)

Acordo UE-Antígua e Barbuda sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0305/2018)

Acordo UE-São Cristóvão e Neves sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0306/2018)

Acordo UE-Barbados sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0301/2018)

Acordo UE-Seicheles sobre a isenção de vistos para as estadas de curta duração - *Recomendação: Emilian Pavel* (A8-0302/2018)

Mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização: candidatura EGF/2018/002 PT/Norte - Centro - Lisboa wearing apparel - *Relatório: José Manuel Fernandes* (A8-0311/2018)

Nomeação do diretor executivo do FEIE - *Relatório: Jean Arthuis, Roberto Gualtieri* (A8-0314/2018)

Nomeação do diretor executivo adjunto do FEIE - *Relatório: Jean Arthuis, Roberto Gualtieri* (A8-0312/2018)

Qualidade da água destinada ao consumo humano - *Relatório: Michel Dantin (A8-0288/2018)*
Recursos destinados à coesão económica, social e territorial e recursos destinados ao objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego - *Relatório: Iskra Mihaylova (A8-0282/2018)*

Harmonização das obrigações de comunicação de informações no âmbito da política ambiental - *Relatório: Adina-Ioana Vălean (A8-0324/2018)*

Papel da participação financeira dos trabalhadores na criação de postos de trabalho e na reintegração dos desempregados - *Relatório: Renate Weber (A8-0293/2018)*

15:00 - 23:00

Programa de trabalho da Comissão para 2019 - *Declaração da Comissão*

O escândalo Cum Ex: a criminalidade financeira e as lacunas no atual quadro legislativo - *Declarações do Conselho e da Comissão*

O assassinio do jornalista saudita Jamal Khashoggi no consulado da Arábia Saudita em Istambul - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação no Mar de Azov - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Situação na Venezuela - *Declaração da Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança*

Necessidade de um amplo mecanismo para a democracia, o primado do Direito e os direitos fundamentais - *Declarações do Conselho e da Comissão*

Debate conjunto - Sistema de Informação de Schengen

Estabelecimento, funcionamento e utilização do Sistema de Informação de Schengen no domínio dos controlos das fronteiras - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0347/2017)*

Estabelecimento, funcionamento e utilização do Sistema de Informação de Schengen no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0349/2017)*

Utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular - *Relatório: Jeroen Lenaers (A8-0348/2017)*

Quitação 2016: Orçamento geral da UE - Conselho e Conselho Europeu - *Relatório: Marco Valli (A8-0300/2018)*

Quitação 2016: Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) - *Relatório: Bart Staes (A8-0299/2018)*

► Quarta-feira, 24 de Outubro

09:00 - 11:50

Conclusões da reunião do Conselho Europeu de 17 e 18 de outubro de 2018 - *Declarações do Conselho Europeu e da Comissão*

12:00 - 14:00

Pedido de levantamento da imunidade de Steeve Briois - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0349/2018)*

Pedido de levantamento da imunidade de Sophie Montel - *Relatório: Tadeusz Zwiefka (A8-0350/2018)*

Pedido de levantamento da imunidade de Georgios Kyrtos - *Relatório: Heidi Hautala (A8-0351/2018)*

Projeto de orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - todas as secções 8
Orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2019 - todas as secções - *Relatório: Daniele Viotti, Paul Rübig (A8-0313/2018)*

Quitação 2016: Orçamento geral da UE - Conselho e Conselho Europeu - *Relatório: Marco Valli (A8-0300/2018)*

Quitação 2016: Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO) - *Relatório: Bart Staes (A8-0299/2018)*

Apoio às reformas estruturais nos Estados-Membros - *Relatório: Lambert van Nistelrooij, Constanze Krehl (A8-0316/2018)*

Lançamento do intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos na Irlanda - *Relatório: Branislav Škripek (A8-0344/2018)*

Lançamento do intercâmbio automatizado de dados de ADN na Irlanda - *Relatório: Branislav Škripek (A8-0343/2018)*

Lançamento do intercâmbio automatizado de dados dactiloscópicos na Croácia - *Relatório: Branislav Škripek (A8-0345/2018)*

Redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente - *Relatório: Frédérique Ries (A8-0317/2018)*

Estabelecimento, funcionamento e utilização do Sistema de Informação de Schengen no domínio dos controlos das fronteiras - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0347/2017)*

Estabelecimento, funcionamento e utilização do Sistema de Informação de Schengen no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal - *Relatório: Carlos Coelho (A8-0349/2017)*

Utilização do Sistema de Informação de Schengen para efeitos de regresso dos nacionais de países terceiros em situação irregular - *Relatório: Jeroen Lenaers (A8-0348/2017)*

Harmonização da estrutura dos impostos especiais sobre o consumo de álcool e bebidas alcoólicas - *Relatório: Miguel Viegas (A8-0307/2018)*

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: Renovação da autorização de colocação no mercado de milho geneticamente modificado NK603 x MON 810

Objecção nos termos do artigo 106.º do Regimento: Autorização de colocação no mercado de milho geneticamente modificado MON 87427 x MON 89034 x 1507 x MON 88017 x 59122

15:00 - 23:00

Avaliação do Tratado de Lisboa - Debate sobre temas de atualidade (artigo 153.º-A do Regimento)

Apresentação do relatório anual de 2017 do Tribunal de Contas

Importação de bens culturais - Relatório: Alessia Maria Mosca, Daniel Dalton (A8-0308/2018)

Debate conjunto - Medicamentos veterinários

Autorização e fiscalização de medicamentos para uso humano e veterinário - Relatório: Claudiu Ciprian Tănăsescu (A8-0035/2016)

Medicamentos veterinários - Relatório: Françoise Grossetête (A8-0046/2016)

Fabrico, colocação no mercado e utilização de alimentos medicamentosos para animais e revogação da Diretiva 90/167/CE do Conselho - Relatório: Clara Eugenia Aguilera García (A8-0075/2016)

Aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas - Relatório: Christine Revault d'Allonnes Bonnefoy (A8-0202/2018)

Promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes - Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0321/2018)

Fomentar o reconhecimento mútuo automático de diplomas - Pergunta oral (O-000084/2018 - B8-0415/2018)

Graves deficiências na aplicação do Regulamento REACH da UE e utilização de produtos químicos não testados na UE - Declarações do Conselho e da Comissão

► Quinta-feira, 25 de Outubro

09:00 - 11:50

Aplicação dos regulamentos relativos aos dispositivos médicos e aos dispositivos médicos de diagnóstico in vitro - Pergunta oral (O-000085/2018 - B8-0416/2018)

Breve apresentação dos seguintes relatórios:

Criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos na União Europeia: É tempo de agir! - Relatório: Ismail Ertug (A8-0297/2018)

Controlar a globalização: aspetos comerciais - Relatório: Joachim Schuster (A8-0319/2018)

Proteção dos interesses financeiros da UE - Recuperação de dinheiro e ativos de países terceiros em casos de fraude - Relatório: Cătălin Sorin Ivan (A8-0298/2018)

12:00 - 14:00 VOTAÇÃO

Importação de bens culturais - Relatório: Alessia Maria Mosca, Daniel Dalton (A8-0308/2018)

Proteção dos interesses financeiros da UE - Recuperação de dinheiro e ativos de países terceiros em casos de fraude - Relatório: Cătălin Sorin Ivan (A8-0298/2018)

Autorização e fiscalização de medicamentos para uso humano e veterinário - Relatório: Claudiu Ciprian Tănăsescu (A8-0035/2016)

Medicamentos veterinários - Relatório: Françoise Grossetête (A8-0046/2016)

Fabrico, colocação no mercado e utilização de alimentos medicamentosos para animais e revogação da Diretiva 90/167/CE do Conselho - *Relatório: Clara Eugenia Aguilera García (A8-0075/2016)*

Aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas - *Relatório: Christine Revault d'Allonnes Bonnefoy (A8-0202/2018)*

Promoção de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes - *Relatório: Andrzej Grzyb (A8-0321/2018)*

Plano plurianual para as unidades populacionais de peixes nas águas ocidentais e águas adjacentes, e para as pescarias que exploram essas unidades populacionais - *Relatório: Alain Cadec (A8-0310/2018)*

Localização da sede da Autoridade Bancária Europeia - *Relatório: Othmar Karas, Pervenche Berès (A8-0153/2018)*

Localização da sede da Agência Europeia de Medicamentos - *Relatório: Giovanni La Via (A8-0063/2018)*

Aumento da violência neofascista na Europa - *Propostas de resolução*

Bem-estar dos animais, utilização de agentes antimicrobianos e impacto ambiental da exploração industrial de frangos de carne - *Propostas de resolução*

Conferência das Nações Unidas de 2018 sobre as Alterações Climáticas, em Katowice, na Polónia, (COP24) - *Proposta de resolução*

14ª reunião da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP14) - *Proposta de resolução*

Políticas sociais e de emprego na área do euro - *Relatório: Krzysztof Hetman (A8-0329/2018)*

Utilização pela Cambridge Analytica de dados dos utilizadores do Facebook e impacto na proteção de dados - *Proposta de resolução*

O assassinio do jornalista saudita Jamal Khashoggi no consulado da Arábia Saudita em Istambul - *Propostas de resolução*

Situação no Mar de Azov - *Propostas de resolução*

Situação na Venezuela - *Propostas de resolução*

Fomentar o reconhecimento mútuo automático de diplomas - *Propostas de resolução*

Criação de uma infraestrutura para combustíveis alternativos na União Europeia: É tempo de agir! - *Relatório: Ismail Ertug (A8-0297/2018)*

Controlar a globalização: aspetos comerciais - *Relatório: Joachim Schuster (A8-0319/2018)*

15:00 - 16:00 Interpelações extensas

Mercado justo para a indústria - *Declaração da Comissão*